

Pelo fortalecimento da política de moradia e permanência estudantil na Fiocruz

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2026

À Presidência e ao Conselho Deliberativo da Fiocruz, à VPEIC, às direções das unidades e dos programas de pós-graduação, às entidades estudantis e sindicais, às autoridades públicas competentes, à comunidade Fiocruz e à sociedade brasileira

O que está em jogo não é apenas o destino de um prédio. É a continuidade de uma política institucional que define quem terá condições reais de chegar à Fiocruz, permanecer nela e contribuir para a ciência pública brasileira.

Nós, estudantes residentes do Alojamento do Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF/Fiocruz), rejeitamos a forma e o conteúdo do processo de encerramento da política de moradia atualmente existente. Em 6 de julho de 2026, fomos comunicados, em reunião remota, de que deveríamos deixar o local. A medida foi apresentada unilateralmente, sem consulta prévia e sem que fossem disponibilizados aos moradores o ato administrativo que a formaliza, os estudos que a fundamentam, um cronograma público ou uma alternativa institucional equivalente. A comunicação ocorreu apenas três dias antes de uma reunião do Conselho Deliberativo da Fiocruz, na qual o encerramento foi apresentado como urgente e irreversível, o que pegou todo mundo de surpresa. O processo também avançou durante o período eleitoral interno, circunstância que não pode ser utilizada para silenciar críticas sob a alegação de interferência eleitoral.

Diante da reação coletiva, foi realizada em 10 de julho uma nova reunião com a VPEIC, que nós estudantes abrimos à comunidade acadêmica e foi acompanhada por estudantes, pesquisadores, coordenadores entre outros. Embora a gestão tenha mantido sua recusa em reconsiderar a medida, a mobilização levou à criação de um Grupo de Trabalho (GT). Entretanto, na primeira reunião do GT, em 22 de julho, a participação discente foi restringida, representantes e outras pessoas foram impedidos de acompanhar a discussão, as propostas dos estudantes foram recusadas e o fechamento continuou tratado como irreversível. Um espaço no qual a gestão decide e os estudantes são chamados apenas para receber e transmitir informações não é participação. É imposição.

A Fiocruz é uma instituição pública. Seu caráter democrático não pode ser simbólico ou eleitoral: exige transparência, motivação e participação real. Uma consulta incapaz de alterar o resultado é apenas a

ratificação de uma decisão pronta. A representação coletiva não exige a presença simultânea de todos, e negociações individuais não substituem o diálogo coletivo.

A moradia estudantil é uma política de permanência, equidade e democratização do acesso à ciência. O Alojamento Hélio Fraga é a expressão atual dessa responsabilidade institucional, mas nossa reivindicação não se limita à defesa de um prédio ou de um endereço. Não defendemos que estudantes permaneçam indefinidamente em um local considerado inseguro; defendemos que a violência não seja utilizada para extinguir a política de moradia. Se o espaço atual não puder continuar, cabe à Fiocruz oferecer outra solução institucional, coletiva, segura e equivalente ou superior. Anos de investimento insuficiente e manutenção precária não podem justificar a eliminação da própria política pública.

O alojamento estudantil atende, prioritariamente, estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de diferentes estados brasileiros e de outros países, que deixam suas famílias e redes de apoio para dedicar-se à pesquisa científica. Não se trata apenas de moradia e, por isso, não pode ser substituído por um auxílio financeiro: o alojamento constitui uma infraestrutura de permanência, onde acontecem o acolhimento, a adaptação acadêmica, linguística e cultural e a construção de redes de apoio indispensáveis para que esses estudantes permaneçam e concluam sua formação. É também nesse espaço que brasileiros e estrangeiros convivem, fortalecem a cooperação científica e tornam efetivas as políticas de nacionalização e internacionalização da pós-graduação, garantindo que a produção científica brasileira seja mais diversa, inclusiva e comprometida com o interesse público.

Auxílios temporários, promessas sem garantia formal e negociações individualizadas por unidade não substituem essa política. O auxílio de R\$ 800,00, sem critérios públicos claros nem garantia, não oferece segurança ou condições equivalentes de moradia. Soluções dependentes do orçamento de cada unidade, de eleições federais, de flutuações da economia, entre outros, transformam uma garantia comum em tratamentos desiguais. Medidas individuais podem complementar uma política coletiva; jamais podem ocupar o seu lugar.

Estudantes não podem ser reduzidos ao valor nominal de suas bolsas em uma planilha. Renda não revela, por si só, responsabilidades familiares, despesas médicas, custos internacionais, necessidades de acessibilidade ou ausência de rede de apoio. Em um país atravessado por profundas desigualdades, igualdade não significa oferecer a mesma quantia a realidades incomparáveis, mas criar condições para que ninguém seja excluído. Comparações descontextualizadas com outros países não respondem às necessidades concretas do Brasil.

Diante disso, reivindicamos:

1. A suspensão imediata de qualquer medida de desocupação até que seja formalizada uma solução institucional de moradia segura, coletiva e equivalente ou superior, construída por meio de processo transparente e participativo.
2. A divulgação integral do ato decisório e de todos os estudos, relatórios, pareceres, registros de reunião, critérios de elegibilidade, garantias orçamentárias e cronogramas relacionados ao fechamento e aos auxílios propostos.
3. A reconstituição do Grupo de Trabalho como espaço efetivamente deliberativo, com representação escolhida pelos moradores, participação das representações discentes, das unidades e dos programas, pautas prévias, atas públicas e possibilidade real de alterar a decisão.
4. A apresentação e a avaliação comparativa de alternativas concretas: a adequação do espaço atual, caso seja tecnicamente viável, ou a implementação de outra solução coletiva de moradia em local seguro, mantida pela instituição.
5. A construção de uma política permanente, ampliada e financiada de moradia e permanência estudantil, com critérios institucionais comuns entre as unidades e garantia aos atuais residentes até a conclusão de seus cursos, sem redução das condições de permanência.

A urgência de hoje não pode apagar anos de omissão nem transformar consulta em ratificação de uma decisão pronta. Uma Fiocruz comprometida com o SUS, com a ciência e com a redução das desigualdades não pode reproduzir, em sua política educacional, as exclusões que afirma combater. Pública e democrática não são apenas qualificações institucionais: devem orientar a forma como as decisões são tomadas e como os conflitos são resolvidos. Diversidade não pode permanecer apenas no discurso nem depender da capacidade individual de arcar, sem apoio institucional, com os custos financeiros e socioemocionais da permanência no Rio de Janeiro.

Exigimos a revisão da decisão anunciada e uma resposta pública às reivindicações acima. Defender uma política permanente de moradia e permanência estudantil é defender a ciência pública, a equidade e uma Fiocruz verdadeiramente democrática.

PELA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL. PELA CIÊNCIA PÚBLICA. PELA EQUIDADE. PELA FIOCRUZ DEMOCRÁTICA.